

## CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: JB Class.: Amazônia / Geral 54  
 Data: 22/06/92 Pg.: 1º caderno - 11

## Cinco séculos de extorsão

Berta G. Ribeiro \*

**E**m 1977, Shelton Davis, antropólogo norte-americano, publica um livro — *As vítimas do milagre: os índios e o desenvolvimento no Brasil* — em que afirma: “Neste momento está sendo travada uma guerra silenciosa contra povos aborígenes, contra camponeses inocentes e contra o ecossistema da floresta na bacia amazônica.” Infelizmente, esta não foi apenas uma frase de efeito. Na mesma época, o então diretor do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia —, Paulo de Almeida Machado, dizia que o que estava ocorrendo na Amazônia era uma “corrida entre a ciência e o desenvolvimento”, constatando-se que os grandes projetos implantados na região “provocaram a destruição social, cultural e econômica das populações nativas, indígenas ou não”. Os cientistas só eram chamados quando a destruição era irreversível. Pior ainda: “Os benefícios eram canalizados para o Sul, ficando os habitantes da região obrigados a viver num ambiente degradado.”

Um dos maiores ecólogos da atualidade, Philip Fearnside, afirma que a capacidade da Amazônia de absorver população de maneira sustentável é bastante limitada. E que os problemas sociais que motivam a invasão de migrantes para essa região devem ser resolvidos nos próprios locais de origem. Um antropólogo peruano, Stefano Varese, referindo-se à forma como se pratica a ocupação da selva tropical no país, afirma: “Trata-se eminentemente de uma conceituação nacional de que essa parte do território é *terra de conquista*; terra de extração e não

de reprodução; espécie de colônia ou ‘terceiro mundo’ interno que pode ser saqueada em benefício do sistema econômico e social imperante.”

O fenômeno, como se vê, é latino-americano e configura o que Varese chama “colonialismo ecológico”. Mais bem dito: colonialismo antiecológico. Tanto o habitante nativo quanto a floresta devem ser erradicados. Com outras palavras, diz a mesma coisa Lúcio Flávio Pinto. Diz ele: “Coberta de floresta a terra é inútil. Ela só vale se a cobertura arbórea for substituída pelas culturas de significância para o mercado.”

A Amazônia não é uma floresta inexpugnável. As áreas de cerrado, de campinarana, de caatinga são, provavelmente, segundo alguns ecólogos, o resultado da destruição humana. A reconstituição da floresta pode levar mil anos, diz Eneas Salati, nas condições de clima e solos amazônicos.

A exposição *Amazônia urgente — cinco séculos de história e ecologia*, atualmente em exibição na Estação Carioca do Metrô, foi planejada tendo em vista apresentar uma visão abrangente e unificadora da problemática da Hiléia. A primeira parte trata da ecologia: o clima, a água, a terra. Assinala-se que a Amazônia é formada por rochas que remontam ao pré-cambriano, isto é, muito antigas, talvez da idade da Terra. E que a exuberante cobertura vegetal é enganadora. “A floresta vive de si mesma”, diz Herbert Schubart. Isto é, a terra é apenas o suporte físico das árvores. Elas se nutrem do material orgânico que desprendem, ou seja, o lençol de folhas atacadas por fungos, bactérias e outros microorganismos e por insetos que decompõem as folhas, das gotas de chu-

va que lavam os excrementos dos animais, da decomposição destes. Tudo isso reciclado fornece os nutrientes minerais necessários ao desenvolvimento das plantas. Abatidas as árvores, esse processo se interrompe. Sobrevêm a erosão e a compactação do solo. O sistema pluviométrico também é afetado, uma vez que 50% ou mais da evapotranspiração que forma as nuvens provém da floresta.

A segunda parte da mostra diz respeito à ocupação humana, da pré-história aos nossos dias. Nela também é dada ênfase ao substrato ecológico, principalmente ao manejo da Amazônia por suas populações nativas, pré-colombianas, indígenas atuais e caboclas. O enfoque é principalmente histórico e antropológico. Aqui se analisa a expansão portuguesa, a ação missionária, a era pombalina, a escravidão negra e em que medida o modelo colonial levou ao extermínio das populações indígenas, majoritárias, até meados do século XIX, na Amazônia. Culmina com a Cabanagem (1835—1840), a grande revolta popular-nativista, comparada por C. A. Moreira Neto à guerra de castas, no México, que eclodiu na mesma época.

A terceira parte da exposição trata do ciclo da borracha (1840 a 1920), seu auge e declínio. É dada ênfase ao modelo de exploração extrativista e ao papel do migrante nordestino, seu principal faturador e maior vítima. O auge da borracha, que enriqueceu uns poucos comerciantes nativos e maior número de estrangeiros, que engalanou Belém, Manaus e o Rio de Janeiro, pode ser comparado — na euforia e desperdício que produziu — ao “milagre brasileiro” ou à febre do ouro a que hoje assistimos. A borra-

cha foi o “ouro branco” da época e, segundo Antônio Loureiro, gerou 14 vezes mais divisas para o país, produzidas pelo milhão de amazônidas do que aquelas dos 22 milhões de brasileiros restantes.

A quarta parte trata do impacto dos grandes projetos implementados na Amazônia por iniciativa governamental, mediante o concurso dos incentivos fiscais e a construção de obras de infra-estrutura. São focalizados alguns casos exemplares a respeito dos quais existem estudos fidedignos: a abertura da BR-364 e a colonização de Rondônia, principalmente pela pata do boi; o fracasso das agrovilas ao longo da Transamazônica; o gigantismo do Programa Grande Carajás; o garimpo do ouro; a extração da madeira e o projeto Jari; os percalços da construção da UHE de Balbina; e finalmente a proposta de preservação e exploração racional da floresta mediante as reservas extrativistas propugnada por Chico Mendes. O pano de fundo é sempre o ecossistema amazônico e o principal personagem, o povo: índios, seringueiros, castanheiros, pequenos sítiantes, pescadores; e, ainda, os novos migrantes, peões do desmatamento, garimpeiros, carvoeiros, todos igualmente vítimas do modelo de exploração vigente.

“Perspectivas e alternativas” é uma espécie de conclusão. Trata das soluções — muito poucas ainda — prescritas pelos cientistas para um manejo não depredador da Hiléia. E a obrigação da geração atual de encontrar alternativas viáveis para explorar a diversidade biológica, a riqueza florestal, mineral e hídrica da Amazônia, sem destruí-la.

\* Antropóloga do Museu Nacional (UFRJ).